

Gazeta Mercantil,

18/08/94



### Ata da Reunião nº 564 do Conselho de Administração

**DATA/HORA:** 12 de Agosto de 1994, às 09:00 horas. **LOCAL:** Na sede da Companhia, à Rua Progresso, nº 150, cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina. **CONVOCAÇÃO:** Realizada na forma estatutária. **PRESENCAS:** Os membros do Conselho de Administração infra-firmados. **MESA DOS TRABALHOS:** Presidente Carlos Alberto da Veiga Sicupira, e Secretário Ivens Freitag. **DELIBERAÇÕES:** Foi decidido re-ratificar o teor das deliberações relativas à Ata da Reunião nº 563 deste colegiado, realizada em 10 de Agosto de 1994, que a partir desta data passa a ter a seguinte redação: **"DELIBERAÇÕES:** 1) - Tendo em vista o decurso do período de tempo necessário para formalização do processo relativo às debêntures nos órgãos competentes, foi decidido prorrogar o prazo de vencimento final das debêntures do dia 1º de Maio de 1995 para o dia 1º de Agosto de 1995, na forma do inciso VI do artigo 59 da Lei Federal nº 6.404, de 15.Dez.76, e de conformidade com o item 5 das deliberações havidas por ocasião da AGO/AGE de 28.Abr.94. 2) - Foi alterada a data do período de exercício do bônus de subscrição, passando para 1º de Agosto de 1997 à 31 de Agosto de 1997. 3) - Foi fixado em R\$ 4,20 (quatro reais e vinte centavos) o preço de exercício de cada bônus de subscrição, o qual foi calculado tomando-se como base o preço médio, aritmético e ponderado, do fechamento de mercado das ações da Companhia nos 20 (vinte) últimos pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). O preço de exercício será corrigido monetariamente tomando-se por base a variação do IPC-r a partir de 1º de Agosto de 1994 até a data do efetivo exercício, ou, na extinção deste índice, por outro de base equivalente. Caso o exercício ocorra em data diferente de 1º de agosto de 1997, o preço de exercício será ajustado pela variação pro-rata do último IPC-r conhecido, entre 1º de Agosto de 1997 e a data do referido exercício. 4) - De acordo com as atribuições estabelecidas no item 2 "a" e 2 "b" do Plano de Opção de Compra de Ações (doravante referido com o "Plano"), aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 09.Set.93, deliberou o Conselho de Administração estabelecer, as seguintes diretrizes gerais para a implementação do Plano: a) o atual Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 09.Set.93, terá um prazo de validade de 5 (cinco) anos, respeitado (a) o limite anual, a partir desta data, de 5% (cinco por cento) e (b) o limite global, nesse período de 5 (cinco) anos, contados a partir desta data, de 15% (quinze por cento) das ações de cada espécie do capital da Companhia, estabelecido pela Assembleia Geral Extraordinária de 23.Jun.94; b) o preço de exercício das opções de compra de ações deverá corresponder a pelo menos 90% (noventa por cento) do preço médio ponderado de mercado das ações da Companhia nos 20 (vinte) últimos pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), imediatamente anteriores a definição, pelo Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações, da outorga efetiva das opções de compra aos beneficiários das opções, corrigido monetariamente a partir dessa data, de acordo com a variação do índice de correção estabelecido pelo referido Comitê, aplicado na forma da Medida Provisória Federal nº 566, de 29.Jul.94; c) a alienação das ações adquiridas no âmbito do Plano só poderá verificar-se, salvo decisão diversa do Comitê de Administração, observadas as seguintes condições gerais, que poderão ser objeto de detalhamento e adaptação as circunstâncias especiais pelo Comitê (tais como falecimento, invalidez permanente e/ou aposentadoria do beneficiário): 1) até 30 (trinta) meses após essa data, dará o beneficiário da opção o direito de preferência à Companhia (ou a quem esta indicar), que o exercerá, se assim o desejar, para a aquisição de 100% (cem por cento) das Ações, obrigando-se irrevogavelmente o referido beneficiário da opção a vendê-las à Companhia pelo preço de subscrição estipulado, corrigido monetariamente de acordo com a variação do índice de correção estabelecido pelo Comitê, convertido em reais na data do exercício do direito de preferência pela Companhia, ainda que haja outro comprador oferecendo preço mais vantajoso; 2) do 31º (trigésimo primeiro) ao 60º (sexagésimo) mês após esta data, dará o beneficiário da opção o direito de preferência à Companhia, que o exercerá, se assim o desejar, para aquisição de 100% (cem por cento) das Ações, sendo 50% (cinquenta por cento), das ações pelo preço de subscrição e condições de reajustes estipulados na alínea "1" supra deste item, e os 50% (cinquenta por cento) restantes pelo Preço de Mercado, ainda que haja outro comprador oferecendo preço mais vantajoso; 3) a partir do 61º (sexagésimo primeiro) mês após esta data, dará o beneficiário da opção o direito de preferência à Companhia, que o exercerá se assim o desejar, para aquisição de 100% (cem por cento) das Ações, pelo Preço de Mercado, ainda que haja comprador oferecendo preço mais vantajoso; d) Nas hipóteses das alíneas "1", "2" e "3" deste item, obriga-se o beneficiário da opção a comunicar à Companhia por escrito, seu interesse em vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as Ações, no todo ou em parte, só as liberando para venda a terceiros após manifestação expressa e escrita da Companhia no sentido de que não pretende exercer seu direito de preferência ou, caso não haja resposta da Companhia no prazo de 02 (dois) dias contados a partir de comprovado recebimento da comunicação da intenção de alienação feita pelo acionista beneficiário da opção; e) Para fins de aplicação do disposto neste item, entende-se por Preço de Mercado o preço médio das ações da mesma espécie registrado no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) na data do exercício do direito de preferência pela Companhia ou, caso não haja negociação das ações desta espécie na referida data, o preço médio registrado no último pregão com negociação corrigido monetariamente até a data do exercício de preferência pela Companhia de acordo com o mesmo critério de correção monetária previsto para a integralização do preço de subscrição, aplicado na forma da Medida Provisória Federal nº 566, de 29.Jul.94". Foi decidido também ratificar os atos já praticados, Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata. **ASSINATURAS:** Carlos Alberto da Veiga Sicupira, Roberto Moses Thompson Motta e Ivens Freitag. Esta é cópia fiel da ata lavrada no Livro nº 03 de Atas das Reuniões do Conselho de Administração da Artex S.A. Fábrica de Artefatos Têxteis, às folhas 315, 316 e 317, Ivens Freitag - Secretário. Arquivada na JUCESC sob nº 423.0001411.7 em 16.08.94. Secretário Geral - Ubiratan Bento.